

DF5. Anexo às demonstrações financeiras

Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

Identificação da entidade, período de relato:

- a) Designação de entidade: Município de Terras de Bouro;
- b) Endereço: Praça do Município, 4840-100 Terras de Bouro;

A informação relativa à entidade, o período de relato e o referencial contabilístico adotado na preparação das demonstrações financeiras encontra-se no ANEXO I e o organograma no ANEXO II.

As competências da Câmara Municipal estão consagradas nos artigos 32.º a 39.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2003, de 12 de setembro, na sua atual redação.

O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, prevê um conjunto de princípios fundamentais que pretendem assegurar uma efetiva coordenação entre administração central e a local no plano financeiro e contribuir para o controlo orçamental e para a prevenção de situações de instabilidade e desequilíbrio financeiro.

O Município de Terras de Bouro está sujeito aos princípios consagrados na Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual.

Referencial Contabilístico e Demonstrações Financeiras

Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 13 de setembro, o Município de Terras de Bouro iniciou em 2020 a implementação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) que vem permitir dotar as instituições públicas de um sistema orçamental e financeiro mais eficiente e mais convergente com os sistemas que vêm atualmente sendo adotados a nível internacional. Até ao período findo em 31/12/2019 o Município de Terras de Bouro utilizou como referencial contabilístico o POCAL.

O SNC-AP permitiu implementar a base de acréscimo na contabilidade e relato financeiro das administrações públicas, articulando-a com a atual base de caixa modificada estabelecendo os

fundamentos para uma orçamentação do Estado em base de acréscimo, fomentando a harmonização contabilística mediante a preparação de demonstrações orçamentais e financeiras, numa base individual e consolidada, aumentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, contribuindo para a satisfação das necessidades dos utilizadores na informação do sistema de contabilidade e relato orçamental e financeiro das administrações públicas.

O SNC-AP assenta, nomeadamente numa nova estrutura concetual da informação financeira pública, em normas de contabilidade pública convergentes com as IPSAS (*International Public Sector Accounting Standards*), em novos modelos de demonstrações financeiras, numa norma relativa à contabilidade orçamental, outra relativa à contabilidade de gestão e num plano de contas multidimensional.

Conforme o art.º 13.º, do Decreto-Lei n.º 192/2015 “quando o SNC-AP não contemplar o tratamento contabilístico de determinada transação ou evento, atividade ou circunstância, aplicam-se subsidiariamente pela ordem seguinte:

- a) As Normas Internacionais de Contabilidade Pública que estiverem em vigor;
- b) O SNC;
- c) As Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia;
- d) As Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board*.”

A IPSAS 33 – *First Time Adoption of Accrual Basis*, prevê que, em certas circunstâncias de complexidade, o processo de transição poderá ter uma duração de até três anos.

O Município de Terras de Bouro não tem Serviços Municipalizados.

De seguida apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

Desagregação de caixa e equivalentes

Conta	2023	2022
Caixa	4 118,16	6 333,54
Depósitos à ordem	869 551,30	1 159 605,15
Depósitos à ordem no Tesouro		
Depósitos bancários à ordem		
Depósitos a prazo		
Depósitos consignados		
Depósitos de garantias e cauções	425 286,39	325 053,63
Total de caixa e depósitos	1 298 955,85	1 490 992,32

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram elaboradas, de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nas seguintes características qualitativas, postuladas no ponto 5 – “Outras fontes de informação” da Estrutura Conceptual presente no Anexo I do DL n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Relevância

A informação financeira e não financeira apresentada pelo Município é relevante pois é capaz de oferecer valor confirmativo, preditivo ou ambos.

Pode-se considerar que a informação tem valor confirmativo se confirmar ou alterar expectativas correntes ou passadas. Desta forma, a informação é relevante para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões se confirmar expectativas acerca do grau de cumprimento pelos dirigentes das suas responsabilidades pelo uso eficiente e eficaz dos seus recursos, pelos objetivos da prestação do serviço e pelos requisitos orçamentais e legais aplicáveis (entre outros).

O valor preditivo da informação é necessário para ajudar a construir expectativas sobre os acontecimentos económicos futuros. Consequentemente, o relato financeiro pode apresentar informação sobre os objetivos, atividades e custos futuros, bem como as quantias e fontes de recursos que se prevê alocar a atividades futuras.

Assim, as funções confirmativas e preditivas da informação estão interrelacionadas, pois a informação acerca do nível e estrutura corrente dos recursos e da sua utilização, ajuda os utilizadores das demonstrações financeiras a confirmar o desfecho das estratégias dos dirigentes quanto ao uso dos recursos durante o período e a prever a capacidade da entidade pública para responder às alterações de circunstâncias e antecipar as necessidades futuras das atividades desenvolvidas. De igual forma, a mesma informação ajuda a confirmar ou corrigir expectativas ou revisões passadas dos utilizadores das demonstrações financeiras sobre a capacidade da entidade pública para responder a tais alterações de circunstâncias.

Fiabilidade

A informação apresentada nas demonstrações financeiras representa os fenómenos económicos de uma forma completa, neutra e isenta de erros materiais. Características necessárias para que a informação divulgada pelo Município seja útil, uma vez que se pretende uma representação fiel dos fenómenos económicos e outros que se pretende representar.

De referir que para a informação representar com fiabilidade os fenómenos económicos, esta descreve a substância da transação, acontecimento, atividade ou circunstância subjacente, a qual pode não coincidir necessariamente com a sua forma legal, de acordo com o princípio da substância sobre a forma.

Considera-se que a descrição dos fenómenos é completa se não existirem omissões de informação que representem fenómenos económicos relevantes, os quais distorcem a informação das demonstrações financeiras e a utilidade das mesmas para os seus utilizadores. Por exemplo, uma descrição completa do ativo fixo tangível incluirá uma representação numérica da quantia agregada desse ativo em conjunto com outra informação quantitativa, descritiva e explicativa necessária para representar fielmente essa classe de ativos. Nalguns casos, a fiabilidade pode incluir a divulgação de informação sobre as principais categorias de ativos fixos tangíveis, os fatores que influenciaram a sua utilização no passado ou possam influenciar no futuro, e a base e o processo de determinar a quantia representada. De forma semelhante, a informação financeira e não financeira prospetiva e a informação sobre o alcance dos objetivos do serviço e seus resultados devem ser apresentadas com os pressupostos principais que lhes serviram de base e quaisquer explicações necessárias para assegurar que a descrição é completa e útil.

Para que o relato financeiro seja neutro é necessário assegurar a ausência de influências, logo a seleção e apresentação da informação financeira e não financeira não é feita com a intenção de atingir um resultado específico, com o objetivo de influenciar os utilizadores das demonstrações financeiras para um determinado julgamento ou comportamento. Desta forma, importa referir que alguns acontecimentos económicos presentes na informação financeira ocorrem sob condições de incerteza, o que leva à realização de estimativas baseadas em dados que refletem a melhor informação disponível, tendo sempre em consideração o princípio da prudência.

Por fim, para que a informação financeira esteja isenta de erros materiais não deverão existir erros ou omissões que, individualmente ou agregadamente, sejam materiais e

consequentemente possam influenciar a descrição dos fenómenos reconhecidos nas demonstrações. Assim, se nalguns casos é possível determinar com exatidão a informação relatada, noutros será necessária a realização de estimativas, as quais deverão estar claramente descritas e explicadas, incluindo as limitações do processo de estimação, o qual deverá estar isento de erros.

Compreensibilidade

A compreensibilidade consiste na qualidade da informação que é apresentada aos utilizadores e permite que os mesmos compreendam o significado das demonstrações financeiras. Assim, as explicações acerca da informação financeira e não financeira e os comentários sobre o serviço efetuado durante o período de relato, bem como as expetativas sobre os períodos futuros, são escritos numa linguagem corrente e apresentados de uma forma clara, para que seja prontamente perceptível pelos utilizadores.

Por forma a uma compreensão unanime das demonstrações financeiras, estas são apresentadas de forma clara e concisa, atendendo a que todos os stakeholders devem ter um mínimo de conhecimento das atividades desenvolvidas pelo Município.

Todos os acontecimentos económicos são incluídos nas demonstrações financeiras, sendo que para os acontecimentos mais complexos e difíceis de representar e compreender para alguns utilizadores, são introduzidas explicações para facilitar a compreensibilidade dos mesmos.

Oportunidade

A informação apresentada nas demonstrações tem por objetivo poder influenciar a tomada de decisões pelos órgãos de gestão do Município, pelo que a sua tempestividade é crucial.

De referir que parte informação pode continuar a ser útil muito depois do período de relato, inclusive para efeitos de tomada de decisões, uma vez que os utilizadores das demonstrações financeiras podem precisar de avaliar tendências do desempenho financeiro e das atividades desenvolvidas pelo Município e o seu cumprimento dos orçamentos durante um conjunto de períodos.

Comparabilidade

A qualidade da informação apresentada permite que os utilizadores das demonstrações financeiras possam comparar a evolução ao longo dos anos do Município, assim como compará-la com outras entidades congéneres.

De referir que comparabilidade difere da:

- Consistência, pois esta refere-se ao uso das mesmas políticas, princípios contabilísticos e bases de preparação quer de período para período dentro da mesma entidade pública, quer no mesmo período entre diversas entidades públicas. A comparabilidade é uma meta e a consistência ajuda a atingir essa meta.
- Uniformidade, pois esta diz que só se deve agregar o que é igual, logo o que é diferente não deve ser agregado com o objetivo que pareça igual. Consequentemente, a comparabilidade da informação no relato financeiro não é melhorada fazendo com que coisas diferentes pareçam iguais ou com que coisas iguais pareçam diferentes.

A informação acerca da posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa de uma entidade pública, bem como do cumprimento dos orçamentos aprovados e das leis e regulamentos sobre a obtenção e utilização dos recursos e das atividades prosseguidas, é necessária para a tomada de decisões. A utilidade dessa informação é melhorada se for comparada com:

- a) Informação financeira e não financeira prospetiva previamente apresentada para esse período ou data de relato.
- b) Informação similar sobre a mesma entidade pública para outro período ou data de relato.
- c) Informação similar sobre o mesmo período ou data de relato, para outras entidades públicas.

Verificabilidade

A informação produzida por estas demonstrações financeiras tem por base informação de qualidade que assegura aos seus utilizadores que a informação incluída no relato financeiro representa os fenómenos económicos e outros acontecimentos relevantes na entidade.

Esta característica implica que observadores independentes e conhecedores podem chegar a um consenso, embora nem sempre estejam de acordo, que:

- a) A informação representa os fenómenos económicos e outros que pretende representar sem erros materiais ou influências; ou
- b) Foi aplicado um método de reconhecimento, mensuração ou apresentação sem erros materiais ou influências.

A verificação pode ser direta ou indireta. Pela verificação direta, uma quantia ou outra representação é verificável por si mesma, por exemplo, fazendo uma contagem de caixa, observando os títulos cotados e as suas cotações, ou confirmando que os fatores identificados como influenciadores do desempenho de um serviço passado estavam presentes e operaram com o efeito identificado. Pela verificação indireta, uma quantia ou outra representação é verificável analisando os dados de base e recalculando os resultados usando a mesma metodologia. Um exemplo é a verificação da quantia escriturada de inventários analisando os dados de base (quantidades e preços) e recalculando a existência final usando o mesmo pressuposto do fluxo do custo (custo médio ponderado ou outro).

De referir que a qualidade da verificabilidade não absoluta, logo quanto mais verificável for a informação mais fiável será a mesma.

Por fim, o relato financeiro de uma entidade pública pode incluir informação financeira e não financeira, como explicações acerca de:

- a) Influências significativas no seu desempenho durante o período.
- b) Resultados ou efeitos futuros esperados dos programas de serviços realizados no período.
- c) Informação financeira e não financeira prospetiva.

Estas características são atributos indispensáveis para que a informação seja útil para os utilizadores das demonstrações financeiras e para que se atinja os objetivos do relato financeiro.

Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

Na transição para o novo normativo contabilístico, foram efetuadas reclassificações, tendo por base o classificador complementar 2 (CC2). Todos os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo.

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição líquido das respetivas depreciações e de perdas de imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este se encontre na sua condição de utilização.

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização (que se qualifica) é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso.

Os custos são reconhecidos como ativos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros ou potencial de serviço para o Município e quando o custo puder ser fiavelmente mensurado.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos em resultados.

As beneficiações e grandes reparações que aumentem o período de vida útil estimado ou as condições de operabilidade, ou das quais se espera um aumento material nos benefícios futuros decorrentes da sua efetivação, são capitalizadas.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações são calculadas numa base anual, utilizando o método das quotas constantes, de modo a que o valor dos bens seja depreciado até ao final da respetiva vida útil estimada, sendo ainda aplicadas as taxas constantes no CC2.

A depreciação inicia-se no momento em que esse ativo se qualifique para o seu uso pretendido. Durante o exercício de 2021, o Município procedeu à depreciação retrospectiva dos ativos que no anterior normativo contabilístico (POCAL) e no CIBE, não estavam sujeitos a depreciação e com a entrada em vigor do SNC-AP passaram a estar.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico líquido de depreciações do ativo, sendo reconhecidos em resultados do período.

Não existe certeza de que o balanço reflita a totalidade dos bens municipais, nomeadamente na vertente dos terrenos, por dificuldades de identificação. Por conseguinte, não podemos afirmar que o património do Município se encontra totalmente inventariado, avaliado e consequentemente aprovado pela Assembleia Municipal.

Desta forma o Ativo fixo tangível poderá não apresentar todos os movimentos contabilísticos. Consequentemente as amortizações apenas dizem respeito ao património que se encontra contabilizado, podendo não refletir a realidade do ativo fixo do município.

Ativos de concessão de serviços

A NCP - "Ativos de concessão de serviços - concedente" define os princípios a observar na contabilização dos contratos de concessão de serviço público.

No âmbito da NCP 4, IPSAS 32 e IFRC 12, estão os contratos de concessão de serviço que possuem as seguintes características:

- a) O objetivo do contrato é a prestação de um serviço público aos utilizadores em geral;
- b) O contrato de concessão regula o tipo e a qualidade dos serviços a serem prestados pelo concessionário;
- c) O concessionário é responsável pela conceção, desenho e construção/requalificação das infraestruturas necessárias à prestação do serviço público;
- d) Os preços a praticar (tarifas) são aprovados pelo concedente;
- e) O concedente controla qualquer valor residual das infraestruturas independentemente de quem a construiu ou detêm a titularidade uma vez que (a) o concessionário não pode onerar, alienar ou ceder as infraestruturas da concessão e (b) no final da concessão, as infraestruturas da concessão reverterem para o concedente.

A NCP 4 proporciona orientação quanto ao tratamento contabilístico a adotar pelos concedentes de serviços público com as características acima identificadas. Quando a NCP 4 é aplicada, o concedente reconhece nas suas demonstrações financeiras, como ativos fixos tangíveis, os ativos da concessão utilizados pela concessionária na prestação do serviço, por aquele deter o controlo sobre os mesmos.

Dado que a construção/aquisição das infraestruturas da concessão não qualifica como investimento em ativos próprios do concessionário, em substância o concessionário presta um serviço de construção e exploração que terá de registar de acordo com a IFRS15 / NCRF 19 - Contratos de construção.

O §14 da NCP 4 estabelece que, em troca do ativo de concessão de serviços, o concedente pode compensar o concessionário pelo ativo de concessão de serviços por qualquer combinação do seguinte:

- (a) Fazer pagamentos ao concessionário (o modelo do “passivo financeiro”),
- (b) Compensar o concessionário por outro meio (o modelo do “atribuição de um direito ao concessionário”), por exemplo:
 - (i) Dar ao concessionário o direito a obter rendimento a partir de terceiros utilizadores do ativo de concessão de serviços; ou
 - (ii) Dar ao concessionário acesso a um outro ativo gerador de rendimento para uso do concessionário.

Ativos intangíveis

Da análise efetuada aos bens que compunham esta conta de acordo com o normativo anterior (POCAL), não se verificou a necessidade de proceder a desconhecimentos no âmbito do respetivo enquadramento na definição de ativo fixo intangível no SNC-AP. Não houve, por isso, desconhecimentos nesta conta, sendo que todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo.

Participações financeiras

Os investimentos financeiros em entidades associadas nas quais a Entidades tenha uma influência significativa ou onde tem o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma entidade, são registados pelo método da equivalência patrimonial (MEP).

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Entidade nos resultados líquidos das entidades associadas e subsidiárias, por contrapartida de ganhos ou perdas do período e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios, por contrapartida da rubrica “Ajustamentos em Ativos Financeiros”. Adicionalmente, os dividendos recebidos dessa entidade são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os investimentos financeiros em outras entidades participadas e outras aplicações financeiras encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao valor nominal, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado ou de recuperação.

Os rendimentos resultantes de outros investimentos financeiros são registados na demonstração dos resultados do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no CC2.

Refira-se sobre esta matéria que grande parte dos bens da autarquia sofreram profundas alterações quer quanto à sujeição a depreciação quer quanto à vida útil dos mesmos.

De facto, da comparação efetuada entre o CC2 e o CIBE existem bens que passaram a estar sujeitos a amortizações, e.g. redes de abastecimento de água, ou outros em que a vida útil foi consideravelmente reduzida, e.g. edifícios, arruamentos.

Este facto levou ao ajustamento retrospectivo das depreciações de inúmeros bens, o que originou uma considerável alteração quer no valor do ativo líquido, quer nos Resultados transitados (registo contabilístico efetuado em 2021).

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Refira-se que o processo de implementação de um novo ERP, no ano de 2021, levou à opção de baixa stockagem, optando-se pela aquisição de produtos diretamente para obras e/ou atividades municipais.

Contas a receber e a pagar

As contas a receber de clientes, contribuintes, utentes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente, quando materialmente relevante,

mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade.

Atualmente, no que concerne aos financiamentos obtidos e outras contas a pagar e a receber as mesmas estão mensuradas pelo seu valor nominal considerando que o efeito do valor temporal do dinheiro não é materialmente relevante.

A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Imparidade de Ativos

O Município analisa em cada data de relato se as quantias escrituradas dos seus ativos representam fielmente os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço, por forma a determinar se existe algum indicador de os mesmos poderem estar com imparidade. Em caso afirmativo, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos, para que se determine se existe a necessidade de reconhecer alguma perda por imparidade.

Rendimentos e Gastos

Os rendimentos são mensurados pelo justo valor da contraprestação recebida ou que se espera receber.

Os rendimentos provenientes de prestações de serviços são reconhecidos com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, quando satisfeitas as seguintes condições:

- o rendimento pode ser mensurado com fiabilidade;
- seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para o Município;
- a fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade;
- os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

Os rendimentos provenientes da venda de bens só são reconhecidos quando satisfeitas as seguintes condições:

- foram transferidos para o comprador todos os riscos e vantagens da compra;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- o rendimento pode ser fiavelmente mensurado;
- seja provável que fluirão para o Município benefícios económicos associados à transação;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

Os gastos são mensurados pelo custo de aquisição dos bens ou serviços.

No que diz respeito aos ativos adquiridos através de transações sem contraprestação, o seu rendimento é mensurado e reconhecido pelo seu justo valor à data de aquisição.

Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

O Município de Terras de Bouro analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Relativamente aos ativos e passivos contingentes, estes apenas são divulgados quando seja possível a existência de um influxo ou exfluxo de recursos.

Periodizações

Contabilisticamente as transações são reconhecidas quando ocorrem os eventos económicos, independentemente do momento em ocorre o seu pagamento ou recebimento. Consequentemente, as diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas nas seguintes rubricas do balanço:

- Outras contas a receber;
- Outras contas a pagar;
- Diferimentos.

Benefícios aos Empregados

Os benefícios aos empregados considerados como despesas correntes incluem vencimentos, subsídios de férias e de Natal, subsídios e outras prestações familiares, abonos relativos a senhas de presença, gratificação e representação, subsídio de alimentação, horas extraordinárias, ajudas de custo, abono para falhas, bolsas de estudo, indemnizações por cessações de funções, contribuições e outros encargos para a segurança social e caixa geral de aposentações, assim como, outros abonos atribuídos.

As obrigações decorrentes dos benefícios aos empregados classificadas como despesas correntes são reconhecidas nos resultados do período em que os respetivos serviços são prestados, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que é liquidado com o respetivo pagamento aos empregados.

No que diz respeito às férias e ao subsídio de férias, de acordo com a legislação vigente, o direito aos mesmos vence-se no dia 31 de dezembro de cada ano, contudo o respetivo pagamento só ocorre no ano civil seguinte. Consequentemente, respeitando o princípio da especialização dos exercícios, estes benefícios são acrescidos ao ano em que se vence os respetivos direitos.

Outras políticas contabilísticas relevantes.

A preparação das demonstrações financeiras elaboradas pelo Município de Terras de Bouro tem em consideração os seguintes princípios:

Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de que o Município continuará a sua atividade no futuro, pois com base na informação disponível e nas expetativas futuras dos órgãos de gestão, não existe a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

Regime do Acréscimo ou da Periodização Económica

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando ocorrem, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, sendo reconhecidos contabilisticamente e divulgados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam. Consequentemente, as diferenças entre os rendimentos ou gastos e as respetivas receitas ou despesas são reconhecidas nas rubricas de “Outras contas a receber”, “Outras contas a pagas” e “Diferimentos”.

Consistência de Apresentação

Sendo este o quarto ano de aplicação do SNC-AP no Município de Terras de Bouro, considera-se garantida a consistência e fiabilidade da informação apresentada.

Materialidade e Agregação

Uma informação é materialmente relevante se influenciar as decisões económicas, com base nas demonstrações financeiras, tomadas por parte dos seus utilizadores. Desta forma, itens que separados podem ser imaterialmente relevantes, de acordo com a sua natureza e materialidade, podem ser agregados para que as demonstrações traduzam uma maior fiabilidade.

Compensação

Os ativos e passivos, assim como, os rendimentos e gastos, dada a sua relevância não devem ser compensados.

Julgamentos (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Na preparação das demonstrações financeiras foram efetuados juízos de valor e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias reconhecidas de ativos e passivos, assim como, as quantias reconhecidas de rendimentos e gastos do período.

O Município de Terras de Bouro aplicou as políticas contabilísticas contidas nas normas ou interpretações que são específicas a cada transação e acontecimento económico. De referir, que

na ausência de uma norma ou interpretação específica o órgão de gestão fez juízos de valor na aplicação de políticas contabilísticas, sempre com objetivo de que a informação daí resultante seja relevante e fiável para a tomada de decisões económicas por parte dos utilizadores das demonstrações financeiras, de forma a que estas:

- Representem fielmente a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Município;
- Reflitam a substância económica de transações, acontecimentos e condições e não meramente a respetiva forma legal;
- Sejam neutras;
- Sejam prudentes;
- Sejam completas em todos os aspetos materiais.

Os principais juízos de valor efetuados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Registo de ajustamentos aos valores dos ativos, provisões e imparidades.
- Especializações diversas.

Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

As demonstrações financeiras foram elaboradas numa perspetiva de continuidade da atividade do Município, logo não existe por parte do órgão de gestão a intenção ou a necessidade de liquidar ou reduzir substancialmente o nível da sua atividade.

Aplicação inicial de uma NCP com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou pudesse ter tais efeitos, mas é impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou com efeitos em períodos futuros.

Não aplicável.

Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

Todas as estimativas efetuadas pelo Órgão de Gestão do Município na preparação das demonstrações financeiras, bem como, os pressupostos subjacentes, foram determinadas por referência à data de relato no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como, na experiência de eventos passados. Estas estimativas podem ser influenciadas por variáveis económicas e outros fatores externos ao Município, alguns dos quais esta poderá não controlar, nomeadamente a evolução dos efeitos das Guerras na Ucrânia e no Médio Oriente.

Poderão existir situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Consequentemente, dado pelas estimativas poderem ser influenciadas por fatores externos, os resultados reais das transações poderão diferir das estimativas efetuadas.

É entendimento do órgão executivo que todas as estimativas desenvolvidas refletem o melhor critério, dada a informação disponível.

Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros.

Não ocorreram alterações das estimativas contabilísticas.

Nota 3 - Ativos intangíveis

Em 2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros seguintes.

Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do Período				Final do Período			
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)-(3)-(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)-(7)-(8)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento								
Programas de computador e sistemas de informação	311 944,47	103 316,14		208 628,33	330 859,63	243 152,72		87 706,91
Propriedade industrial e intelectual								
Outros					45 387,00			45 387,00
Ativos intangíveis em curso								
TOTAL	311 944,47	103 316,14		208 628,33	376 246,63	243 152,72		133 093,91

Quantia escriturada e variações do período

Designação	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais	Diminuições	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação	208 628,33	18 915,16					-139 836,58			87 706,91
Propriedade industrial e intelectual										
Outros		45 387,00								45 387,00
Ativos intangíveis em curso										
TOTAL	208 628,33	64 302,16					-139 836,58			133 093,91

Adições

Designação	Adições									Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado/perdido a favor do estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação		18 915,16								18 915,16
Propriedade industrial e intelectual										
Outros		45 387,00								45 387,00
Ativos intangíveis em curso										
TOTAL		64 302,16								64 302,16

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com todos os elementos fundamentais. Não há lugar a qualquer pagamento, há sim lugar a recebimentos.

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração da distribuição de energia elétrica em baixa	EDP DISTRIBUIÇÃO -ENERGIA SA		20				
Exploração da rede de drenagem de águas residuais em alta	ÁGUAS DO NORTE		30				

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. A autarquia utiliza o método das quotas constantes para calcular as depreciações.

Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do Período				Final do Período			
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]=[2]-[3]-[4]	[6]	[7]	[8]	[9]=[6]-[7]-[8]
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	72 154 689,61	55 003 928,04		17 150 761,57	77 214 332,39	57 008 950,63		20 205 381,76
Terrenos e recursos naturais	905 253,68			905 253,68	905 253,68			905 253,68
Edifícios e outras construções	12 876 841,05	5 036 569,12		7 840 271,93	13 894 405,92	5 269 587,60		8 624 818,32
Infraestruturas	58 115 430,98	49 944 226,30		8 171 204,68	62 155 186,59	51 716 230,41		10 438 956,18
Património histórico, artístico e cultural	257 163,90	23 132,62		234 031,28	259 486,20	23 132,62		236 353,58
Outros								
Bens de domínio público em curso								
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Património histórico, artístico e cultural								
Ativos fixos em concessão em curso								
Outros ativos fixos tangíveis	31 073 834,10	13 421 140,93		17 652 693,17	31 314 879,16	14 030 685,84		17 284 193,32
Terrenos e recursos naturais	3 616 316,87	54 235,73		3 562 081,14	3 701 316,87	90 083,69		3 611 233,18
Edifícios e outras construções	17 049 621,16	7 812 190,96		9 237 430,20	17 273 292,42	8 107 747,45		9 165 544,97
Equipamento básico	2 239 145,44	1 800 219,39		438 926,05	2 413 079,67	1 879 809,29		533 270,38
Equipamento de transporte	1 911 088,56	1 784 518,39		126 570,17	1 929 094,76	1 846 181,70		82 913,06
Equipamento administrativo	2 122 514,64	1 823 614,76		298 899,88	2 314 529,27	1 953 946,83		360 582,44
Equipamentos biológicos	2 276,42	411,06		1 865,36	2 276,42	790,50		1 485,92
Outros	163 028,61	145 950,64		17 077,97	429 915,02	152 126,38		277 788,64
Ativos fixos tangíveis em curso	3 969 842,40			3 969 842,40	3 251 374,73			3 251 374,73
TOTAL	103 228 523,71	68 425 068,97		34 803 454,74	108 529 211,55	71 039 636,47		37 489 575,08

Quantia escriturada e variações do período

Ativos Fixos Tangíveis	Quantia escriturada inicial	Variações no período								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	17 150 761,57	4 266,69	5 100 763,09				-2 005 022,59		-45 387,00	20 205 381,76
Terrenos e recursos naturais	905 253,68									905 253,68
Edifícios e outras construções	7 840 271,93	1 107,00	1 016 457,87				-233 018,48			8 624 818,32
Infraestruturas	8 171 204,68	3 159,69	4 036 595,92				-1 772 004,11			10 438 956,18
Património histórico, artístico e cultural	234 031,28		47 709,30						-45 387,00	236 353,58
Outros										
Bens de domínio público em curso										
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas										
Património histórico, artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão em curso										
Outros ativos fixos tangíveis	17 652 693,17	5 384 406,64	-5 100 763,09				-615 130,78		-37 012,62	17 284 193,32
Terrenos e recursos naturais	3 562 081,14	85 000,00					-35 847,96			3 611 233,18
Edifícios e outras construções	9 237 430,20		223 671,26				-295 556,49			9 165 544,97
Equipamento básico	438 926,05	52 829,38	121 192,39				-79 677,44			533 270,38
Equipamento de transporte	126 570,17	5 043,00	12 963,20				-61 663,31			82 913,06
Equipamento administrativo	298 899,88	148 445,34	49 067,62				-135 830,40			360 582,44
Equipamentos biológicos	1 865,36						-379,44			1 485,92
Outros	17 077,97		266 886,41				-6 175,74			277 788,64
Ativos fixos tangíveis em curso	3 969 842,40	5 093 088,92	-5 774 543,97						-37 012,62	3 251 374,73
TOTAL	34 803 454,74	5 388 673,33					-2 620 153,37		-82 399,62	37 489 575,08

Adições

Ativos Fixos Tangíveis	Adições										Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural		4 266,69		5 100 763,09							5 105 029,78
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções		1 107,00		1 016 457,87							1 017 564,87
Infraestruturas		3 159,69		4 036 595,92							4 039 755,61
Património histórico, artístico e cultural				47 709,30							47 709,30
Outros											
Bens de domínio público em curso											
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Património histórico, artístico e cultural											
Ativos fixos em concessão em curso											
Outros ativos fixos tangíveis		5 384 406,64		-5 100 763,09							283 643,55
Terrenos e recursos naturais		85 000,00									85 000,00
Edifícios e outras construções				223 671,26							223 671,26
Equipamento básico		52 829,38		121 192,39							174 021,77
Equipamento de transporte		5 043,00		12 963,20							18 006,20
Equipamento administrativo		148 445,34		49 067,62							197 512,96

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2023

Ativos Fixos Tangíveis	Adições										Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
Equipamentos biológicos											
Outros				266 886,41							266 886,41
Ativos fixos tangíveis em curso		5 093 088,92		-5 774 543,97							-681 455,05
TOTAL		5 388 673,33									5 388 673,33

Diminuições

Ativos Fixos Tangíveis	Diminuições					Total
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural					-45 387,00	-45 387,00
Outros						
Bens de domínio público em curso						
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
Outros ativos fixos tangíveis					-37 012,62	-37 012,62
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico						
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo						
Equipamentos biológicos						
Outros						
Ativos fixos tangíveis em curso					-37 012,62	-37 012,62
TOTAL					-82 399,62	-82 399,62

Pela complexidade e dificuldade no levantamento e procedimentos legais para o registo de todos os bens patrimoniais, nomeadamente no que diz respeito a terrenos eventualmente propriedade do município e, apesar dos esforços encetados pelo órgão do executivo e pelos serviços do município, não tem sido fácil assegurar o controlo efetivo da totalidade dos bens, pelo que não existe certeza de que o balanço reflita a totalidade dos bens municipais.

Desta forma o Ativo fixo tangível poderá não apresentar todos os movimentos contabilísticos. Consequentemente as amortizações apenas dizem respeito ao património que se encontra contabilizado, podendo não refletir a realidade do ativo fixo do município. Adicionalmente, em resultado das limitações relacionadas com a implementação da contabilidade de gestão, a

estimativa dos trabalhos para a própria entidade também não se encontra registada de forma plena.

Nota 6 - Locações

O Município de Terras de Bouro possui os seguintes contratos de locação operacional:

Bens Locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados			
		Período		Acumulado	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes
Impressora de grandes formatos	6 282,00			6 282,00	
Total	6 282,00			6 282,00	

Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

A rubrica de financiamentos do Município pode resumir-se nos seguintes quadros:

Descrição	2023		2022	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
BPI - Nº 5697269-830-002	34 928,56	87 321,48	34.928,56	122.250,04
BPI- Nº 5697269-830-001	87 030,35	1 261 939,30	87.030,35	1.348.969,65
CCAM - Nº. 56038385217	21 316,14	57 071,57	21.635,22	78.175,95
CCAM - Nº. 59040107226			28.943,80	
CCAM- Nº. 56027276582	3 734,51		7.357,69	3.729,42
CCAM- Nº. 56045923480/56047150047	27 118,60	154 968,48	28.299,15	181.612,34
CCAM - Nº.56072526835	41 716,07	1 349 609,22	13.400,55	971.614,45
CGD - N. 9015/004324/391	37 822,82	19 510,29	37.149,04	57.006,53
CGD - N.º 9015004579391	15 170,98	15 802,16	15.021,13	30.848,14
CGD - Nº 9015/004926/891	24 115,62	51 172,73	24.561,38	75.112,24
CGD - Nº 9015/008494/291	26 315,79	315 789,48	26.315,79	342.105,27
CGD - Nº 9140/013398/391	35 916,38		35.346,86	35.830,72
Financiamentos bancários	355 185,82	3 313 184,71	359.989,52	3.247.254,75
IHRU	13 000,00	90 823,91	13.000,00	103.005,80
Outros	19 052,15	740 606,60	13.145,27	242.626,43
Outros empréstimos	32 052,15	831 430,51	26.145,27	345.632,23
Total dos financiamentos	387 237,97	4 144 615,22	386.134,79	3.592.886,98

O mapa completo dos empréstimos encontra-se no ANEXO III.

Identificação do empréstimo	Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	VISTO DO TC		CAPITAL		CAPITAL EM DÍVIDA NO ANO N	
				N.º registo	Data	Contratado	Utilizado	Em 01.01	Em 31.12
Curto Prazo									
Total CP									
Médio e Longo Prazo									
Não isentos									
EMP2003-01	15/05/2003	20	19	1437	11/09/2003	520 988,40	520 988,40	28 943,80	
EMP2003-02	02/10/2003	20	19	2692	04/12/2003	116 296,00	116 296,00	11 087,11	3 734,51
EMP2004-01	03/09/2004	20	18	1732	21/09/2004	575 632,00	575 632,00	71 177,58	35 916,38
EMP2005-1	11/05/2005	20	17	1329	28/07/2005	632 283,00	582 283,00	94 155,57	57 333,11
EMP2005-2	19/10/2005	20	17	2896	12/01/2006	248 661,00	248 661,00	45 869,27	30 973,14
EMP2006-02	12/07/2006	20	16	1305	07/09/2006	411 699,00	411 699,00	99 673,62	75 288,35
EMP2006-04	04/12/2006	20	16	2092	25/01/2007	388 000,00	388 000,00	99 811,17	78 387,71
EMP2009-01	06/06/2009	20	13	1198	03/09/2009	500 000,00	500 000,00	209 911,49	182 087,08
EMP2016-01	24/08/2016	20	6	2021/2016	21/09/2016	500 000,00	500 000,00	368 421,06	342 105,27
EMP2019-01	14/01/2019	20	3	357	05/02/2019	1 550 000,00	1 436 000,00	1 436 000,00	1 348 969,65
EMP2019-02	14/01/2019	8	4	358	05/02/2019	250 000,00	244 500,00	157 178,60	122 250,04
EMP2021-01	26/04/2021	20	1	1115	31/05/2021	1 920 000,00	1 412 547,55	985 015,00	1 391 325,29
Subtotal						7 613 559,40	6 936 606,95	3 607 244,27	3 668 370,53
Médio e Longo Prazo									
Isentos									
EMP2005-03	22/11/2005	25	3	2988	23/11/2006	297 507,00	294 996,47	116 005,80	103 823,91
BEI308-ID128	22/01/2019	15	3	3611	12/12/2019	81 050,00	81 050,00	81 050,00	75 759,92
BEI307-ID44	22/01/2019	15	3	3610	12/12/2019	28 092,22	28 092,22	28 092,22	26 258,65
BEI309-ID129	22/01/2019	8	3	3612	12/12/2019	12 791,61	12 791,61	12 791,61	10 799,14
BEI311-ID324	29/08/2019	10	3	3614	12/12/2019	16 986,33	16 986,33	16 986,33	15 055,55
BEI130-ID226	29/08/2019	11	3	3613	12/12/2019	19 935,25	19 935,25	19 935,25	17 948,57
BEI1702-ID4891	22/10/2020	15	1	620	14/06/2021	149 368,50	136 881,38	49 789,50	136 881,38
BEI1703-ID4892	01/03/2021		1	620	14/05/2021	141 380,38	141 380,38	47 126,79	141 380,38
BEI4923FEDER001	01/03/2021	15		1034	27/04/2021	90 147,69	31 975,30		31 975,30
BEI4747-FEDER00	01/03/2021	15		632	14/06/2021	201 998,64	201 998,64		201 998,64
BEI5338-FEDER00	12/10/2022	12		1910	26/12/2022	20 158,52	20 158,52		20 158,52
BEI5337FEDER001	12/10/2022	15		1909	26/12/2022	66 624,34	22 208,11		22 208,11
BEI5340-FEDER00	12/10/2022	10		1912	26/12/2022	16 811,32	11 207,54		11 207,54
BEI1939-FEDER19	19/10/2022	15		44921	24/05/1905	28 212,27	28 212,27		28 212,27
BEI-1936-FEDER6	11/12/2022			1908	26/12/2022	19 814,78	19 814,78		19 814,78
Subtotal						1 190 878,85	1 067 688,80	371 777,50	863 482,66
Total MLP						8 804 438,25	8 004 295,75	3 979 021,77	4 531 853,19
TOTAL						8 804 438,25	8 004 295,75	3 979 021,77	4 531 853,19

Nota 8 - Propriedades de investimento

Com a transição para o SNC-AP efetuaram-se reclassificações de Ativos Fixos Tangíveis para Propriedades de Investimento, processo que ficou concluído em 2021, motivo pelo qual a partir de 2021 o Balanço apresenta valores nesta rubrica.

As Propriedades de Investimentos foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. A autarquia utiliza o método das quotas constantes para calcular as depreciações.

Em 2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada das propriedades de investimento encontra-se de seguida.

Quantia escriturada e variações do período

Designação	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final	Gastos do período	Rendimentos do período	
		Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações do Período	Perdas por imparidade	Reversões perdas por imparidade	Diferenças cambiais	Diminuições			Rendas	Outras
Propriedades de Investimento												
Bens de domínio público												
Terrenos e recursos naturais												
Edifícios e outras construções	3 086 908,90			-85 293,12					3 001 615,78	629,07	203 669,00	
Outras propriedades de investimento												
Propriedades de Investimento em curso												
TOTAL	3 086 908,90			-85 293,12					3 001 615,78			

Adições

Designação	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado/perdido a favor do estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestru- turação	Out.	Total
Propriedades de Investimento										
Bens de domínio público										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Outras propriedades de investimento										
Propriedades de Investimento em curso										
TOTAL										

Nota 9 – Imparidade de ativos

O Município apenas tem imparidades constituídas em “Clientes, contribuintes e utentes”.

Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa:

Natureza	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Modelo utilizado	
				Justo valor	Valor de uso
Clientes, Contribuintes e Utentes	174 478,23	93 379,49	81 098,74	x	
	174 478,23	93 379,49	81 098,74		

Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa - Perda por imparidade:

Natureza	Custo histórico (1)	Depreciação acumulada (2)	Quantia escriturada (3) = (1) + (2)	Quantia recuperável (4)	Perda por imparidade (5) = (3) - (4)
Clientes, Contribuintes e Utentes	174 478,23		174 478,23	81 098,74	93 379,49
Total	174 478,23		174 478,23	81 098,74	93 379,49

Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa - Reversão da perda por imparidade:

Natureza	Custo histórico (1)	Depreciação acumulada (2)	Quantia escriturada (3) = (1) + (2)	Quantia recuperável (4)	Perda por imparidade período	Perda por imparidade (5) = (3) - (4)
Cientes, Contribuintes e Utentes	174 478,23		174 478,23	81 098,74	-54 322,55	93 379,49
Total	174 478,23		174 478,23	81 098,74	-54 322,55	93 379,49

Nota 10 - Inventários

Como já referido anteriormente, no decurso do ano de 2023, dada a implementação do módulo de gestão de armazéns, o recurso a stockagem foi diminuto.

Quadro 10.1 - Inventários

Rubrica (1)	Quantia bruta (2)	Imparidade acumulada (3)	Quantia recuperável (4) = (2) - (3)
Mercadorias			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	50 329,23		50 329,23
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
Total	50 329,23		50 329,23

Quadro 10.2 - Inventários: Movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial (1)	Movimentos do período							Quantia escriturada final (9) = (1) + (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8)
		Compras líquidas (2)	Consumos/gastos (3)	Variações nos inventários da produção (4)	Perdas por imparidade (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Outras reduções de inventários (7)	Outros aumentos de inventários (8)	
Mercadorias		6 969,31	- 6 969,31						
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	16 642,07	59 761,92	-26 074,76						50 329,23
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso									
Total	16 642,07	66 731,23	-33 044,07						50 329,23

Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

As notas têm por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Rendimentos com contraprestação

Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período	Quantias por receber	
		Início	Fim
Impostos, contribuições e taxas	152 270,45	33 034,25	35 490,33
Mercados e feiras	5 385,41	2 888,27	1 882,96
Loteamentos e obras	41 533,57	26 904,15	24 068,05
Ocupação da via pública	24 339,46	312,40	1 884,40
Saneamento	19 611,67	154,30	0,00
Taxa municipal de direitos de passagem	2 269,26	21,67	68,07
Licença sobre o ruído	1 406,70	81,00	68,20
Outras	57 724,38	2 672,46	7 518,65
Prestação de serviços	390 062,64	71 119,45	61 591,09
Arrendamento	18,72		
Saneamento	82 700,79	15 552,87	17 039,14
Resíduos Sólidos	116 910,83	16 006,61	17 841,34
Transportes Coletivos de Pessoas e Mercadorias	5 521,82	3 679,90	2 557,50
Trabalhos por Conta de Particulares	21 543,54		
Serviços Sociais	54 751,52	4 771,92	689,53
Serviços Culturais	8 864,19		
Outros serviços	99 751,23	31 108,15	23 463,58
Venda de bens	213 209,57	39 400,72	31 261,76
Outras mercadorias	4 926,24		
Produtos acabados e intermédios	207 504,06	39 224,72	31 261,76
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	779,27	176,00	
Dividendos ou distribuições similares	3 447,70		
Outros	720 536,03	46 979,95	42 650,07
Arrendamento de espaços e aluguer de equipamentos	20 305,00	5 664,80	880,00
Alienações Ativos fixos tangíveis	1 445,75		
Outros rendimentos	698 785,28	41 315,15	41 770,07
Outros rendimentos	698 785,28	41 315,15	41 770,07
TOTAL	1 479 526,39	190 534,37	170 993,25

Os valores das quantias a receber no início e no fim do período não incluem especializações.

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos

futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Rendimentos sem contraprestação

Tipo de transação sem contraprestação	Rendimento do período	Quantias por receber	
		Início	Fim
Impostos diretos	792 928,60		
Derrama	66 800,00		
Imposto municipal sobre imóveis	538 600,00		
Imposto único de circulação	187 528,60		
Impostos indiretos	328 803,10		
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	328 803,10		
Taxas			
Multas e outras penalidades	34 124,92	3 938,30	2 617,97
Juros de mora	1 699,55	66,17	1,21
Multas e coimas por infrações ao Código da Estrada e legisla	28 573,42	293,40	753,00
Coimas e penalidades por contraordenações	2 574,00	616,00	1 432,00
Outras multas e penalidades	1 277,95	2 962,73	431,76
Transferências sem condição	10 157 387,66	3 661,60	
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	5 626 971,00		
Fundo Social Municipal (FSM)	136 833,00		
Participação no IRS	174 299,00		
Transferências de competências - Lei n.º 50/2018	2 036 797,00		
Participação do IVA	118 799,84		
Outras	157 474,88		
Correções relativas a períodos anteriores	421 021,65	3 661,60	
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	1 485 191,29		
Transferências com condição			
Subsídios sem condição			
Subsídios com condição			
Legados, ofertas e doações			
Outros	504 733,51	29 354,81	867,01
TOTAL	11 817 977,79	36 954,71	3 484,98

Os valores a receber no início e final do período não incluem especializações.

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo Município, quer instaurados por outras entidades, e na sequência da reapreciação jurídica, para efeitos de prestação anual das contas, não se verificou a necessidade de registar ou ajustar qualquer provisão para processos judiciais em curso.

O atual valor estima-se suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município.

Provisões

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Reforços	Aumentos			Utiliza-ções	Rever-sões	Diminuições		Quantia escriturada final
			Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total aumentos			Outras diminuições	Total diminuições	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)+(3)+(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)+(7)+(8)	(10)=(1)+(5)-(9)
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	1.426.326,74									1.426.326,74
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões										
Total	1.426.326,74									1.426.326,74

A rubrica de provisões em 31.12.2023 relacionam-se com as contingências relativas aos seguintes processos:

Número do processo judicial: 3958/19.2T8BRG

Tribunal: Tribunal Judicial de Braga

Juízo: Juiz 2

Posição processual do Município: Réu

Valor da potencial responsabilidade a cargo do Município: 409.150,70 euros.

Objeto do litígio: Responsabilidade civil extracontratual emergente de acidente de viação.

Número do processo judicial: 893/22.0 BEBRG.

Tribunal: Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga.

Secção: UO 1.

Posição processual do Município: Réu.

Valor da potencial responsabilidade a cargo do Município: 1.017.176,04 euros, a que acresce componente ilíquida não determinável nesta fase.

Existem ainda os seguintes passivos contingentes:

Número do processo judicial: 214/18.7BEBRG

Tribunal: TAF Braga

Posição processual do Município: Réu

Valor da potencial responsabilidade a cargo do Município: 15.000 euros

Objeto do litígio: Ação de responsabilidade civil por danos

Número do processo judicial: 809/18.9BEBRG

Tribunal: TAF Braga

Posição processual do Município: Réu

Valor da potencial responsabilidade a cargo do Município: 30.000 euros

Objeto do litígio: Ação para pagamento de trabalho suplementar a trabalhadores

Número do processo judicial: 42/2013/ARHN

Tribunal: contraordenação ambiental

Posição processual do Município: Réu

Valor da potencial responsabilidade a cargo do Município: 48.000 euros

Objeto do litígio: Depósito de inertes perto de linha de água

Número do processo judicial: 2524/23.2T8BRG.

Tribunal: Procuradoria do Juízo do Trabalho de Braga.

Secção: Única.

Posição processual do Município: Potencial demandado.

Valor da potencial responsabilidade a cargo do Município: Indeterminado.

Objeto do litígio: Acidente de trabalho

Nota 17 - Acontecimentos após a data de relato

Quando ocorrem acontecimentos económicos entre a data de relato e a data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão, o Município avalia se estes acontecimentos dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras. Desta forma, quando há evidência de que os mesmos já existiam à data de relato, estes acontecimentos são ajustados nas demonstrações financeiras. Por outro lado, se não há evidência que os acontecimentos já existiam à data de relato, mas que o Município tomou conhecimento dos mesmos até à data de autorização das demonstrações financeiras e têm uma dimensão material, estes são descritos nesta nota.

Referir que a taxa de inflação média anual em Portugal fixou-se em 4,3% em 2023, o que representa um decréscimo quando comparada com a taxa média de 2022, enquanto a Euribor apresentava, no final do ano uma taxa de 3.931%.

É entendimento do órgão executivo que estes desafios económicos serão superados e que a Município estará sempre ao lado das populações no sentido de ultrapassar mais esta dificuldade.

Não são conhecidos à data quaisquer acontecimentos económicos, com dimensão material nas Demonstrações Financeiras do período económico de 2023.

Nota 18 - Instrumentos financeiros

18.1 Ativos financeiros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Quantia escriturada final
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados		
Ativos financeiros detidos para negociação		
Participações financeiras - justo valor		
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Participações financeiras - custo	583 266,20	583 266,20
Outros ativos financeiros		
Contas a receber	1 620 599,14	1 707 574,47
Caixa e depósitos	1 490 992,32	1 298 955,85
Total	3 694 857,66	3 589 796,52

18.2 Passivos financeiros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Quantia escriturada final
Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados		
Passivos financeiros detidos para negociação		
Outros passivos financeiros		
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Financiamentos bancários	3 979 021,77	4 531 853,19
Contas a pagar	1 929 428,75	1 857 438,65
Total	5 908 450,52	6 389 291,84

18.3 Instrumentos de cobertura de risco

Não aplicável.

18.4 Outros investimentos financeiros que não sejam participações de capital em entidades controladas, associadas ou acordos conjuntos

Ver nota 20.

18.5 Devedores p/ transferências e subsídios não reembolsáveis

Os saldos em aberto em 31.12 relacionam-se com valores a receber de fundos comunitários relativos a pedidos de pagamento efetuados e ainda não recebidos. O valor em 31/12/2022 era de 436.480,32 €, enquanto em 31/12/2023 ascendia a 401.341,98 €.

18.6 Clientes, contribuintes e utentes

A rubrica de clientes, contribuinte e utentes é constituída por:

Conta	2023	2022
Cientes	79 430,59	49 734,12
Contribuintes	1 668,15	25 246,47
Utentes		3 789,25
Contribuintes e utentes de cobrança duvidosa		
Cientes	57 852,42	147 702,04
Contribuintes	24 082,07	
Utentes	11 445,00	
	174 478,23	226 471,88
Perdas por imparidade acumuladas	93 379,49	147 702,04
Total	81 098,74	78 769,84

Para efeitos de constituição da perdas por imparidade, consideram-se créditos de cobrança duvidosa aqueles em que o risco de incobrabilidade é devidamente justificado, o que se verifica nos seguintes casos:

- O devedor tenha pendente processo especial de recuperação de empresa ou processo de execução, falência ou insolvência;
- Os créditos tenham sido reclamados judicialmente;
- Os créditos que estejam em mora há pelo menos 6 meses.

18.7 Estado e outros entes públicos

Os saldos refletidos em Estado e outros entes públicos ativo e passivo correspondem a:

Conta	2023	2022
ATIVO		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	2 654,90	0,00
Total	2 654,90	0,00
PASSIVO		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00	4 155,44
Total	0,00	4 155,44

18.8 Outras contas a receber

Os montantes refletidos em outras contas a receber respeitam a:

Conta	2023	2022
Impostos e taxas imputados ao período		
IMI	538 600,00	531 500,00
Derrama e Outros	76 926,51	94 096,01
IMT	12 380,11	13 134,55
IRS	174 299,00	177 967,00
IVA	118 799,84	76 353,00
Outros acréscimos de rendimentos	291 597,45	215 173,03
Outros	18 000,00	
Total	1 230 602,91	1 108 223,59

18.9 Fornecedores e fornecedores de investimento

Os montantes refletidos nesta rubrica ascendem a:

Conta	2023	2022
Fornecedores		
Fornecedores c/c	220 785,40	428 334,29
Faturas em receção e conferência		
Sociedades de Factoring		
Fornecedores de investimentos		
Fornecedores investimentos c/c	68 840,13	270 277,22
Faturas em receção e conferência		
Sociedades de Factoring		
Total	289 625,53	698 611,51

18.10 Outras contas a pagar

A rubrica outras contas a pagar corrente e não corrente é composta por:

Conta	2023	2022
NÃO CORRENTE		
Cauções		
Outros credores - Subsídios		
Total		
CORRENTE		
Pessoal		
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a Liquidar	772 339,36	670 990,52
Juros a liquidar e outros gastos financeiros	47 860,32	18 126,01
Outros acréscimos de gastos	273 801,09	187 714,27
Cauções - Fornecedores	425 286,39	325 053,63
Clientes		
Outros credores	48 525,96	24 777,37
Total	1 567 813,12	1 226 661,80

18.11 Ativos dados em garantia, como colateral de passivos ou passivos contingentes e garantias prestadas por terceiros

Existiam ainda as seguintes garantias prestadas pelo Município para os financiamentos bancários:

Financiamento	2023	Montante colateral	Tipo de garantia/colateral
Caixa Geral de Depósitos			
CGD - N. 9015/004324/391	57 333,11	57 333,11	Consignação de receita
CGD - N.º 9015004579391	30 973,14	30 973,14	Consignação de receita
CGD - N.º 9015/004926/891	75 288,35	75 288,35	Consignação de receita
CGD - N.º 9015/008494/291	342 105,27	342 105,27	Consignação de receita
CGD - N.º 9140/013398/391	35 916,38	35 916,38	Consignação de receita
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo			
CCAM - N.º. 56038385217	78 387,71	78 387,71	Consignação de receita
CCAM- N.º. 56027276582	3 734,51	3 734,51	Consignação de receita
CCAM- N.º. 56045923480/56047150047	182 087,08	182 087,08	Consignação de receita
CCAM - N.º.56072526835	1 391 325,29	1 391 325,29	Consignação de receita
BPI			
BPI - N.º 5697269-830-002	122 250,04	122 250,04	Consignação de receita
BPI- N.º 5697269-830-001	1 348 969,65	1 348 969,65	Consignação de receita
IRHU			
INRU	103 823,91	103 823,91	Consignação de receita
Direção Geral do Tesouro			
BEI - CENTRO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL	141 380,38	141 380,38	Consignação de receita
BEI – REQ. DA SALA POLIVALENTE MUNICIPAL	136 881,38	136 881,38	Consignação de receita
BEI-307-REDE PEDONAL -ID-44	26 258,65	26 258,65	Consignação de receita
BEI-308-ECOVIA DO HOMEM -ID-128	75 759,92	75 759,92	Consignação de receita
BEI-309-RUA MIGUEL TORGA-ID-129	10 799,14	10 799,14	Consignação de receita
BEI-130-PARQUE DA VILA-ID-226	17 948,57	17 948,57	Consignação de receita
BEI-311-AV. 20 DE JUNHO-ID-324	15 055,55	15 055,55	Consignação de receita
BEI-4923 - Mais eficiência no Centro Cultural	31 975,30	31 975,30	Consignação de receita
BEI-4747 - Rede Pedonal - 2.ª fase	201 998,64	201 998,64	Consignação de receita
BEI-5338 - Espaços de apoio à visitaçao	20 158,52	20 158,52	Consignação de receita
BEI-5337 - Ancoradouro entre pontes	22 208,11	22 208,11	Consignação de receita
BEI-5340 - Zona de Lazer no Rio Homem	11 207,54	11 207,54	Consignação de receita
BEI-1939 - Percurso de ligação a zonas de visitaçao	28 212,27	28 212,27	Consignação de receita
BEI-1936 - Praia do Alqueirão	19 814,78	19 814,78	Consignação de receita
Total	4 531 853,19	4 531 853,19	

18.12 Diferimentos

Relativamente à rubrica diferimentos ativos e passivos a mesma é desagregada da seguinte forma:

Conta	2023	2022
ATIVO		
Gastos a reconhecer		
Seguros	3 310,04	9 636,33
Total	3 310,04	9 636,33
PASSIVO		
Rendimentos a reconhecer		
Outros	8 623,03	8 102,63
Total	8 623,03	8 102,63

18.13 Instrumentos de Capital Próprio

A tabela infra discrimina o património líquido do Município, sendo de realçar que a principal alteração resulta da rubrica de Outras Variações no Património Líquido que aumentou cerca 3.299.157,12 €. A variação desta rubrica relaciona-se com os subsídios ao investimento registados na rubrica de “Outras variações no património líquido”.

Na rubrica de resultado transitados, foi registada a aplicação do resultado do ano anterior no montante de -2.372.319,51 €:

Conta	2023	2022
Património	47 260 551,23	47 260 551,23
Reservas	509 727,51	509 727,51
Resultados Transitados	-25 375 624,31	-23 003 304,80
Ajustamentos em ativos financeiros		
Outras variações no património líquido	14 384 625,44	12 085 468,32
Resultado líquido do período	-327 676,86	-2 372 319,51
Total	36 451 603,01	34 480 122,75

Nota 19 – Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados estão identificados no ponto 2.1. deste anexo e compreendem todos os valores auferidos pelos empregados, que de uma forma resumida estão apresentados na tabela infra:

Descrição do Gasto	2023	2022
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	236 793,80	226 457,85
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão		
Remunerações do pessoal	4 528 785,48	4 019 178,28
Benefícios pós-emprego		
Encargos sobre remunerações	975 091,27	842 094,10
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	50 400,50	24 678,75
Outros gastos com o pessoal	191 219,53	144 831,45
Outros encargos sociais	15 409,16	25 475,79
Total	5 997 699,74	5 282 716,22

À data de 31/12/2023 o Município registava ao seu serviço 243 colaboradores.

Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas

Nos quadros seguintes indica-se o controlo do Município de Terras de Bouro nas suas participadas e as transações entre partes relacionadas.

Entidades controladas

O Município de Terras de Bouro não controla qualquer entidade relacionada.

Entidades Participadas

Para que os utilizadores das demonstrações financeiras possam formar uma opinião acerca dos efeitos de relacionamentos entre partes relacionadas e o Município, divulga-se nas tabelas infra, os nomes das entidades onde existe interesse e a respetiva percentagem.

Quadro 20.1: Entidades Participadas

Denominação	Sede	Participação registada no Município	Capital Social/Estatutário			Exercício 2023		ANO: 2023 Critério Valorimétrico
			Valor	detido pelo Município	%	Capital Próprio	RAI	
Societárias								
Águas do Norte, S.A.		177 400,00	111 061 732,00	177 400,00	0,00	295 261 506,68	15 380 713,20	Custo
BRAVAL, S.A.		42 000,00	1 750 000,00	42 000,00	0,02	a)		Custo
Escola Profissional Amar Terra Verde		79 807,66	814 363,92	79 807,66	0,10	1 656 096,00	-415 355,39	Custo
Fundo de Apoio Municipal		283 662,00	424 726 247,90	283 662,00	0,00	a)		Custo
Aliança Artesanal		396,54	3 172,35	396,54	0,13	a)		Custo
Não societárias								
Associação nacional de Município		Associação de Municípios				3 137 055,88	20 338,99	
ADERE PNPG		Associação sem fins lucrativos				a)		
CIAB		Associação sem fins lucrativos				a)		
CIM Cávado		Comunidade Intermunicipal				3 750 709,83	303 493,11	
Turismo do Porto e Norte de Portugal		Entidade Regional				a)		
Agência de Energia do Cávado		Outra				a)		
ATAHCA		Associação de desenvolvimento Local				a)		
Total			583 266,20					

a) Ainda não dispomos de demonstrações financeiras finais destas entidades.

Divulgação de Transações entre Partes Relacionadas

Relativamente às transações com partes relacionadas, apresenta-se de seguida a tabela com evidência dos tipos de transações que ocorreram, a quantia monetária específica, assim os respetivos saldos:

Denominação	Serviços adquiridos	Subsídios concedidos	Subsídios obtidos	Taxas e quotizações	Juros
Societárias					
Águas do Norte, S.A.	176 590,61				
Braval, S.A.	139 064,08				
Escola Profissional Amar Terra Verde					
Fundo de Apoio Municipal					
Aliança Artesanal	225,00				
Não societárias					
Associação Nacional de Municípios	6 829,42			4 819,25	
ADERE PNPG	16 872,79			10 000,00	
CIAB				747,20	
CIM Cávado	47 978,06	26 179,50			
Turismo do Porto e Norte de Portugal			30 000,00	1 500,00	
Agência de Energia do Cávado					
ATAHCA					
Total	387 559,96	26 179,50	30 000,00	17 066,45	

Pessoas chave da gestão

Composição do Órgão Executivo do Município do mandato autárquico 2021/2025:

Câmara Municipal

Presidente: Manuel João Sampaio Tibo - (PSD)

Vice-Presidente: Adelino da Silva Cunha - (PSD)

Vereadora: Ana Genoveva da Silva Araújo - (PSD)

Vereador em regime de meio tempo:

António Manuel Cunha Martins (PSD)

Vereadores em regime de não permanência:

Isménia Maria Gomes Loureiro - (PSD)

Executivo em permanência - Pelouros:

Presidente – Manuel Tibo

- Desenvolvimento Económico;
- Obras municipais;

- Projetos e Candidaturas;
- Administração Financeira e Patrimonial;
- Juntas de Freguesia;
- Turismo;
- Agricultura;
- Saneamento e abastecimento de água;
- Ação Social;
- Saúde.

Vice-Presidente – Adelino Cunha

- Ordenamento do território, urbanismo e obras particulares;
- Sinalização e trânsito;
- Vias públicas;
- Desporto;
- Proteção civil;
- Energia.

Vereadora - Ana Genoveva Araújo

- Educação;
- Cultura;
- Juventude e associativismo;
- Modernização administrativa;
- Área jurídica e de contencioso;
- Recursos Humanos;
- Emprego;
- Defesa do consumidor;
- Transportes e Mobilidade;
- Ambiente.

Vereador - António Cunha

- Turismo de natureza;
- Comunicação e Marketing Digital.

Assembleia Municipal

A Assembleia Municipal é o órgão deliberativo do município. É constituído pelos/as representantes das diferentes forças eleitas, em proporção segundo o método de Hondt, nas várias listas concorrentes.

Os/as Presidentes de Junta integram este órgão por inerência. Este órgão é responsável pela discussão e aprovação dos planos, dos documentos de prestação de contas e de atividades, das delegações de competências da Câmara Municipal nas Freguesias, das taxas, dos empréstimos, dos planos diretores municipais, da alienação ou oneração de bens municipais, das geminações, entre outras que integram o vasto leque de competências deste órgão.

O seu funcionamento é importante para o bom desempenho da atividade municipal, fiscalizando-a e contribuindo decididamente para a vida municipal. O modo de funcionamento da Assembleia Municipal está dependente da lei geral e do regimento próprio de cada Assembleia.

Como regra funciona por sessões plenárias ordinárias e por sessões extraordinárias, podendo estas ser convocadas por solicitação do Presidente da Câmara, por um terço dos seus membros, por um determinado número de cidadãos eleitores ou pela própria iniciativa do Presidente da Assembleia

Os membros da Assembleia Municipal para o mandato de 2021-2025, são:

- Presidente: Augusto Manuel Martins Braga (PPD/PSD)
- 1.º Secretário: José Carlos Rocha Dias (PPD/PSD)
- 2.º Secretário: Elisa Lameira Antunes (PPD/PSD)
- Avelino José Antunes Soares (PPD/PSD)
- Pedro Miguel Ribeiro Carvalho (PPD/PSD)
- Vítor Manuel Abreu Fernandes (PS)
- António Pires de Oliveira (PPD/PSD)
- Adriana Raquel Fernandes Martins (PPD/PSD)
- Maria Manuela Soares Esteves (PPD/PSD)
- Nelson Moisés Silva Antunes (PPD/PSD)
- Guilherme José Coelho Alves (PS)
- Joana Leandra Gonçalves Oliveira (PPD/PSD)
- António Américo Afonso Caniço (PPD/PSD)
- Rui Pedro Ferreira Gonçalves (PPD/PSD)
- Óscar Manuel Martins Silva (CHEGA)

Presidentes de Junta de Freguesia:

- Freguesia da Balança – Alvim dos Santos Azevedo (PPD/PSD)
- Freguesia do Campo do Gerês – João Carlos Dias da Costa (PPD/PSD)
- Freguesia de Carvalheira – Aida Filipa Moreira da Silva (PPD/PSD)
- União das Freguesias de Chamoim e Vilar - Paulo Manuel Pereira Rodrigues (PPD/PSD)
- União das Freguesias de Chorense e Monte - José Carlos Rocha Dias (PPD/PSD)
- União das Freguesias de Cibões e Brufe - António Carlos Martins da Costa (PPD/PSD)
- Freguesia de Covide – Domingos Correia Antunes Fujaco (PPD/PSD)
- Freguesia de Gondoriz – João Garcias Afonso (PPD/PSD)
- Freguesia de Moimenta - Júlio Alberto Alves Cerqueira (PPD/PSD)
- Freguesia de Ribeira – António Meireles Gonçalves Marques (PPD/PSD)
- Freguesia de Rio Caldo – Jacob Loureiro Alves (PPD/PSD)
- Freguesia de Souto – Nuno Ricardo da Costa Marques Roupas (PPD/PSD)
- Freguesia de Valdosedo – Manuel Joaquim Ferreira Rodrigues (Independente)
- Freguesia de Vilar da Veiga – António dos Santos Príncipe (PPD/PSD)

Nota 21 -- Relato por segmentos

Considerando que ainda não se encontra adequadamente implementado o sistema de informação que proporcione informação fiável relativamente aos segmentos, situação que resulta igualmente do processo de implementação da Contabilidade de Gestão e cujas limitações já foram apresentadas, adota-se para a aplicação da NCP 25 – Relato por Segmentos o período de três anos previsto na IPSAS 33, tal como referido na nota relativa à adoção pela primeira vez do SNC AP.

Nota 22 – Interesses em outras entidades

O detalhe a esta nota encontra-se realizado na nota 20.

Ainda não obtivemos demonstrações financeiras finais das participadas.

Nota 23 – Outras divulgações

23.1 Património Líquido

<i>Património Líquido</i>	<i>Quantia escriturada inicial</i>	<i>Aumentos</i>	<i>Diminuições</i>	<i>Quantia escriturada final</i>
Património / Capital	47 260 551,23			47 260 551,23
Reservas	509 727,51			509 727,51
Resultados transitados	-23 003 304,80		2 372 319,51	-25 375 624,31
Ajustamentos em ativos financeiros				0,00
Outras variações no património líquido	12 085 468,32	5 353 902,79	3 054 745,67	14 384 625,44
Resultado líquido do período	-2 372 319,51	2 372 319,51	327 676,86	-327 676,86

23.2 Inventário de investimentos

O inventário dos investimentos (bens móveis e imóveis), direitos e obrigações encontra-se depositado nos serviços financeiros deste Município e disponíveis para consulta.

Pela complexidade e dificuldade no levantamento e procedimentos legais para o registo de todos os bens patrimoniais, nomeadamente no que diz respeito a terrenos eventualmente propriedade do município e, apesar dos esforços encetados pelo órgão do executivo e pelos

serviços do município, não tem sido fácil assegurar o controlo efetivo da totalidade dos bens, pelo que não existe certeza de que o balanço reflita a totalidade dos bens municipais.

Desta forma o Ativo fixo tangível poderá não apresentar todos os movimentos contabilísticos. Consequentemente as amortizações apenas dizem respeito ao património que se encontra contabilizado, podendo não refletir a realidade do ativo fixo do município. Adicionalmente, em resultado das limitações relacionadas com a implementação da contabilidade de gestão, a estimativa dos trabalhos para a própria entidade também não se encontra registada de forma plena.

23.3 Fornecimentos e serviços externos

Sistematiza-se a informação dos fornecimentos e serviços externos.

Fornecimentos e serviços externos	2023	2022
Subcontratos e parcerias	516 036,54	454 780,63
Serviços especializados	727 037,84	912 111,97
Materiais de consumo	269 773,36	271 871,52
Energia e fluidos	412 022,02	448 975,43
Deslocações, estadas e transportes	292 781,25	432 743,87
Serviços diversos	286 831,39	274 741,68
Total	2 504 482,40	2 795 225,10

23.4 Transferências, subsídios e prestações sociais concedidas

A rubrica Transferências, subsídios e prestações sociais concedidos é composta da seguinte forma:

Transferências e subsídios concedidos e Prestações sociais	2023	2022
Transferências correntes concedidas	743 463,44	615 322,55
Subsídios correntes concedidos		
Transferências de capital concedidas	1 031 413,80	642 601,26
Total	1 774 877,24	1 257 923,81

23.5 Outros gastos

A rubrica Outros gastos encontra-se discriminada da seguinte forma:

Outros gastos	2023	2022
Impostos e taxas	87 689,88	86 503,71
Outros	368 597,23	362 083,11
Total	456 287,11	448 586,82

23.6 Juros e gastos similares

A tabela infra discrimina a rubrica de juros e gastos similares suportados:

Juros e rendimentos similares suportados	2023	2022
Juros e encargos suportados	138 933,17	25 642,55
Outros gastos de financiamento	12,45	24,90
Total Gastos	138 945,62	25 667,45
Dividendos FAM	3 447,00	7 041,17
Total Rendimentos	3 447,00	7 041,17

23.7 Outras informações

As contas do Município são certificadas pela Sociedade António Fernandes, Marta Martins e Associados, SROC. Os honorários faturados durante o exercício de 2023, referem-se exclusivamente a serviços de auditoria com vista à emissão da Certificação Legal de Contas e ascenderam a 7.900 €.

Apesar do disposto no artigo 21º do Regulamento de Inventário e Cadastro do Património e do definido no nº. 4 do artigo 91º da Norma de Controlo Interno nem todos os bens se encontram cobertos pelo seguro estando nesta altura o município a proceder a esta análise.

23.8 Contabilidade de Gestão

Conforme disposto na NCP 27 – Contabilidade de Gestão, a contabilidade de gestão é um sistema obrigatório e constitui um importante instrumento de gestão para análise e controlo dos custos, bem como dos rendimentos e dos resultados das atividades, sendo que este normativo tipifica, para o efeito, divulgações obrigatórias.

Apesar do definido no SNC-AP, a contabilidade de gestão ainda não se encontra implementada não sendo possível ao Município apresentar as divulgações exigidas pelo normativo para esta matéria. Adicionalmente, em resultado das limitações relacionadas com a implementação da contabilidade de gestão, a estimativa dos trabalhos para a própria entidade também não se encontra registada de forma plena.

23.9 Aplicação do resultado

O órgão executivo propõe que o resultado líquido negativo de 327.676,86 € seja inteiramente transferido para resultados transitados.

Nota final – Guerras na Ucrânia e no Médio Oriente

Em 2022, a Federação Russa invadiu a Ucrânia, o que originou, de imediato, uma escalada dos preços da energia e consequente aumento da generalidade dos preços dos bens e matérias primas. Naquela altura as previsões apontavam para um crescimento acima dos 4%. Acontece que, em outubro de 2023, eclodiu novo conflito no panorama internacional, desta vez, no Médio Oriente, entre Israel e a Palestina, na sequência do atentado terrorista do dia 7 de outubro perpetrado pelo Hamas, em território judaico.

Estes acontecimentos levaram os países dos principais blocos económicos e os respetivos Bancos Centrais, incluindo o BCE, a implementar medidas orçamentais extraordinárias e alterações na política monetária, que visam atenuar os impactos da crise, provocada pelas Guerras.

A tensão geopolítica internacional aponta para o surgimento de novos conflitos seja por via do alastramento das guerras enunciadas, seja pelo surgimento de novos conflito, como seja o caso da Guiana que se prepara para ser invadida pela Venezuela.

Assim, as perspetivas de evolução da atividade do Município em 2024 encontram-se inesperadamente desafiadas pelo impacto que as guerras/conflitos internacionais vierem a provocar, mas também pela reação à mesma por parte das comunidades e dos agentes económicos e do próprio governo central.

O enquadramento de complexidade acrescida decorrente do impacto das Guerras não altera a direção nem diminui a determinação do Município em prosseguir o trabalho de preparação e de transformação que é essencial para o seu território e para a sua população.

No contexto descrito, o município adotou um conjunto de medidas de contingência previstas e concebidas para assegurar a proteção de pessoas e a continuidade da atividade, incluindo, entre outras, o reforço das rubricas de aquisição de energia e combustíveis.

A destacar, no entanto, as seguintes considerações:

Impactos sobre a atividade:

- uma eventual desaceleração económica a nível global e/ou alterações dos padrões de comportamento poderão afetar ou adiar níveis de consumo e investimento – situação que irá provavelmente ter impacto na receita de impostos diretos a arrecadar (IMT, IMI, IUC e outros);
- o comportamento e necessidades da nossa comunidade não é ainda possível avaliar pelo que os impactos com eventuais ajudas financeiras a IPSS e outras instituições ainda se podem alterar;
- nos clientes não se verificou, até ao momento, nenhuma situação relevante de dificuldades em termos de pagamentos ou de solicitação de algum tipo de auxílio para lidar com as dificuldades de tesouraria.

Dependendo da profundidade e da extensão temporal dos impactos disruptivos, a atividade e resultados do município serão afetados em maior ou menor grau. Com base em toda a informação disponível à data, incluindo no que respeita à situação de liquidez e de capital, bem como quanto ao valor dos ativos, considera-se que se mantém aplicável o princípio da continuidade das operações que esteve subjacente à elaboração das demonstrações financeiras.

Por fim, as notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Município de Terras de Bouro ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.